

**AO JUÍZO DA Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.**

Processo nº : XXXXXXXXXX
Ação : **Execução de Alimentos**

**A A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL**, por meio do Defensor Público que subscreve a presente
petição, com supedâneo nos art. 4º, I c/c art. 5º, II da Lei Distrital n.º
2.131/98, vem, em atenção ao despacho de ID , apresentar

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO À PENHORA
--

oposta pela Executada, **FULANO DE TAL**, igualmente qualificada
nos autos do processo, pelos motivos que passa a expor.

I - RESUMO DA LIDE

Trata-se de impugnação à penhora oposta por **FULANO
DE TAL** em cumprimento de sentença referente a honorários
advocatícios devidos ao PRODEF, na qual alega a
**impenhorabilidade da quantia bloqueada judicialmente via
BACENJUD, sob a alegação de que seria proveniente de verba
salarial.**

É o que importa relatar.

II - DOS FUNDAMENTOS DE FATO

Inicialmente, impende salientar que **a Executada não comprovara que a verba penhorada teria origem salarial**, haja vista que o **extrato bancário** por ela colacionado (ID XXXXX) **demonstra claramente que antes do depósito de seu salário (ocorrido no dia XX/XX), ou mais precisamente, em XX/XX/XXXX, ela já possuía em sua conta um saldo de R\$ XXXXXX.**

Da mesma feita, **não há que se falar em impenhorabilidade de quantias inferiores à X salários mínimos da hipótese**, haja vista que **perfunctória análise do extrato bancário supramencionado demonstra que a conta da executada era corrente e não poupança**, como exige o inciso X do art. 833.

Assim, ante a ausência de comprovação de que este saldo anterior era proveniente de seu salário e não de outros depósitos, resta evidente que ela **não se desonerara do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito**, como preconiza o art. 373 do CPC.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Ainda que assim não fosse a pretensão da impugnante não mereceria prosperar, haja vista que **a jurisprudência do C. STJ é pacífica no sentido de que é a natureza alimentar que justifica a impenhorabilidade prevista no art. 833 do CPC, razão pela qual a remuneração protegida é a última percebida**, como se verifica no precedente abaixo colacionado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. **PENHORA DE SALÁRIO**. ALCANCE. APLICAÇÃO FINANCEIRA. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A X (XXXXX) SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A Segunda Seção pacificou o entendimento de que a remuneração protegida pela regra da impenhorabilidade é a última percebida - a do último mês vencido - e, mesmo assim, sem poder ultrapassar o teto constitucional referente à remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Após esse período, eventuais sobras perdem tal proteção.**

[...]

(EResp 1330567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014)

Assim, a partir do momento em que resta demonstrada a existência na conta bancária da impugnante de saldo correspondente ao dobro de seu salário após o término do mês, inexorável se mostra a conclusão de que tal numerário não possui natureza alimentar e não merece, assim, a proteção da impenhorabilidade.

Não bastasse tal fato, a jurisprudência majoritária do C. TJDF é no sentido de que é possível a penhora de vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, dentre outros da mesma espécie, desde que limitados a X% sobre os valores depositados.

Nesse sentido, confira-se a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA. BACEN JUD. CONTA-CORRENTE. RECEBIMENTO DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE DE CONSTRIÇÃO. LIMITAÇÃO A 30%. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À SOBREVIVÊNCIA DO EXECUTADO. CONTA-POUPANÇA. IMPENHORABILIDADE. LIMITE DE 40

SALÁRIOS MÍNIMOS. I □ O devedor não indica bens, tampouco manifesta interesse no pagamento da dívida. É admissível o bloqueio judicial dos depósitos em conta-corrente, por meio do Bacen Jud, sobretudo quando limitado em 30%, pois nesse percentual não há prejuízo à sobrevivência. Ademais, o devedor não demonstrou que a conta-corrente é destinada, exclusivamente, para depósito de salário. II □ A penhora de dinheiro, em conta-corrente, está em consonância com o disposto nos arts. 655 e 655-A do CPC, bem como é o meio apto a garantir a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional. III □ Os valores depositados em conta-poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, nos termos do art. 649, inc. X, do CPC, são absolutamente impenhoráveis. IV □ Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido. (TJ-DF - AGI: **20150020087344** , Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/06/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/06/2015 . Pág.: 212);

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. EXECUÇÃO. PENHORA "ON-LINE". CONTA CORRENTE DESTINADA AO RECEBIMENTO DE PROVENTOS. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO A 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE OS VALORES DEPOSITADOS.

01. É possível a penhora sobre valores depositados em conta-corrente, ainda que provenientes de proventos, desde que limitada a 30% (trinta por cento), de modo a não representar uma onerosidade excessiva ao executado, bem assim para que a satisfação do crédito do exequente se torne efetiva. Precedentes desta Corte de Justiça e do colendo Superior Tribuna de Justiça.

02. Agravo de Instrumento conhecido e parcialmente provido. (**Acórdão n.529640**, 20110020001442AGI, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 17/08/2011, Publicado no DJE: 24/08/2011. Pág.: 101)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. EXECUÇÃO. PENHORA "ON-LINE". CONTA CORRENTE DESTINADA AO RECEBIMENTO DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO A 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE OS VALORES DEPOSITADOS.

01. É possível a penhora sobre valores depositados em conta-corrente, ainda que provenientes de salário, desde que limitada a 30% (trinta por cento), de modo a não representar uma onerosidade excessiva ao executado, bem assim para que a satisfação do crédito do exequente se torne efetiva. Precedentes desta Corte de Justiça e do colendo Superior Tribunal de Justiça.

02.Agravo de Instrumento conhecido e não provido. (Acórdão n.447597, 20100020050023AGI, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 08/09/2010, Publicado no DJE: 16/09/2010. Pág.: 94)

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que seja julgada **improcedente a impugnação à penhora** de modo que seja mantida a constrição efetivada nas contas da parte Executada.

XXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL